

OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS MORADORES DE RUA NA CIDADE DE CÁCERES-MT

Olimpia Maluf-Souza¹

RESUMO: O presente trabalho analisa o processo de espacialização e de subjetivação dos sujeitos moradores de rua da cidade de Cáceres-MT. Assim, tomando como referencial teórico a Análise de Discurso de linha francesa preconizada por Michel Pêcheux, na França, e redimensionada por Eni Orlandi, no Brasil, o que se pretende compreender são os processos de subjetivação desses sujeitos, ou seja, através da escuta das suas vozes e dos seus desejos, analisar como eles discursivizam as medidas de reintegração pensadas para eles. A metodologia da pesquisa se deu com base em entrevistas com os moradores de rua, com os comerciantes e com os moradores vizinhos à Praça Barão do Rio Branco.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso, Morador de Rua, Subjetividade

PROCESSES OF SUBJECTIVITIES OF STREET DWELLERS IN THE CITY OF CÁCERES, MATO GROSSO

ABSTRACT: This paper analyzes the process of spacialization and subjectivity of street dwellers in the city of Cáceres in the state of Mato Grosso, Brazil. Thus, taking as theoretical reference the Discourse Analysis advocated by Michel Pêcheux in France, and re-elaborated by Eni Orlandi in Brazil, we intend to examine, listening to their voices and their desires, how they produce their discourses about the reintegration policies. The research methodology was based on interviews with the street dwellers, with the local traders and with the people who reside around the Baron of Rio Branco square – where the dwellers live.

KEYWORDS: Discourse Analysis, Street Dwellers, Subjectivity

¹ Doutora em Linguística pela Unicamp, professora do Departamento de Letras e de Pedagogia da UNEMAT – Campus de Cáceres e coordenadora do projeto *Vozes da Cidade* (FIDIPEX/CNPq). E-mail: olimpia@top.com.br.

O que trazemos para esta comunicação oral é parte da pesquisa que desenvolvemos com moradores de rua da cidade de Cáceres-MT, especificamente os da Praça Barão do Rio Branco². O nosso propósito, com este estudo, é o de analisar o estatuto e os modos de subjetivação desses sujeitos, tomando como referencial teórico a Análise do Discurso de linha francesa preconizada por Michel Pêcheux, na França, e redimensionada por Eni Orlandi, no Brasil.

A questão que nos move para esta pesquisa é a de tentar compreender qual é a participação do sujeito desviante, da sua voz e dos seus desejos sobre qualquer medida de reintegração que as instituições sociais adotam para ele?

Assim adotamos como metodologia, para a constituição do corpus de pesquisa, entrevistas com moradores de rua da Praça Barão do Rio Branco e com moradores e comerciantes da região circunvizinha à praça.

Para essa análise, trazemos três recortes³ que dão visibilidade ao funcionamento discursivo que essa situação suscita:

Eu moro aqui porque não tenho onde morar, eu trabalho aqui, ganho os restos de comida e cuido direitinho dos carros. [...] Eu me sinto seguro aqui, a praça é pública, e nós cuidamos um do outro. Quando eu não consigo alimento ou nenhum carro para cuidar, meus amigos me ajudam. Eu também ajudo eles. Eu estou aqui porque não tenho casa, não tenho emprego, mas eu sou honesto. (E.S., 36 anos, morador de rua desde pequeno, natural de Itajubá, mora em Cáceres há três anos).

É tudo ‘craqueiro’ [usuário de crack], é tudo safado, um bando de vagabundos. São porcos, não tomam banho, mijam na praça, ninguém aguenta o fedor. Mijam dentro do Banco do Brasil aí da praça (Caixa Eletrônico).

2 A Praça Barão do Rio Branco é central na cidade de Cáceres-MT e, de uns quatro anos para cá, passou a ser ocupada por moradores de rua que vivem dos trocados que ganham cuidando de carros e de favores obtidos de transeuntes, moradores e comerciantes da região.

3 Realizamos mais de dez entrevistas com cada segmento (moradores de rua, comerciantes e moradores circunvizinhos à Praça Barão do Rio Branco), mas optamos em apresentar três recortes (um de cada segmento), por considerá-los como representativos das discursividades de cada posição-sujeito tomada em análise.

Eles são perigosos, a maioria dos moradores de volta da praça tem medo deles, eles são traiçoeiros. Ninguém faz nada para arrancar essa corja daqui, nem polícia, nem prefeito, nem direitos humanos, e a cada dia que passa mais aparece deles aqui, principalmente no Festival de Pesca (A. J. L., 57 anos, morador da região da Praça Barão do Rio Branco desde quando nasceu).

São vagabundos, viciados em droga, pingüços, todo o dinheiro que arrancam das pessoas é para o crack e para os ‘corotinhos’⁴. As pessoas dão dinheiro porque senão eles arranham os carros. Eles atrapalham muito o nosso trabalho, pedem comida nas mesas, se a gente pede para eles não incomodarem os fregueses, eles xingam a gente de tudo o que é nome e falam que é melhor pedir do que roubar. Vários fregueses já saíram sem esperar o pedido por causa deles. Ninguém faz nada, já reclamei na polícia, na prefeitura. Isso é ruim para o turismo de Cáceres. Imagina o turista vendo esse povo esquisito, que enfeia e suja a praça (M. A. C., 41 anos, comerciante na região da Praça Barão do Rio Branco, há cinco anos).

Como analista de discurso, o que nos interessa compreender, em recortes como estes, são as vicissitudes do sujeito dito desviante, esse sujeito contemporâneo que não se subordina à norma reguladora dos sentidos de urbanidade. Essa insubordinação não se faz por escolha, mas pela imperiosidade do mundo moderno, pós-moderno, nós diríamos, que cobra do sujeito apenas a produtividade.

Para pensar esse sujeito, é necessário então pensar a sua relação com a cidade atual, essa que considera como cidadão o sujeito produtivo e engajado nos ditames impostos pelo neoliberalismo. Sendo assim, para discutir o sujeito na cidade, constituído pelos imperativos do mercado, é que trazemos essas materialidades discursivas heterogêneas e contraditórias entre si, para compreender em que formação(ões) discursiva(s) elas se inscrevem. São discursividades que, de alguma maneira, representam o modo como distintos sujeitos, tomados como posição, re-

4 O termo faz alusão aos pequenos barris usados para o transporte de água. Os *corotinhos* são, pois, vasilhames, em matéria plástica, com formato de um pequeno barril, usados para vender cachaça.

presentam, nos dias de hoje, sua relação com o cotidiano da cidade produzindo, segundo Pêcheux (1997, p. 46), “[...] um ordinário do sentido”. Esse ordinário do sentido, por parte dos sujeitos que rompem com o “pacto de urbanidade” (os moradores de rua), se faz por uma aparente aceitação/resignação com o que o poder instituído lhe reserva. Mas, vejamos, essa resignação é, de fato, apenas aparente, pois escolher o quiosque do caixa eletrônico do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal como banheiro público parece ser apenas uma das demonstrações de resistência à representação das duas maiores instituições financeiras do Brasil.

Segundo Pêcheux (1997), são as noções de *discurso* e de *formação discursiva* (FD) que desempenham o papel de distanciamento do caráter de subjetivação que conforma as teorias da linguagem. Através das formações ideológicas, as práticas linguísticas antagônicas passam a se desenvolver sobre uma mesma base linguística. Pêcheux (1997, p. 160) define essas noções ao afirmar que

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe ‘em si mesma’ (isto é em sua relação transparente à literalidade do significante), mas é determinada pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo social histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) [...] [elas] mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, o que significa que elas tomam seus sentidos em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem

A formação discursiva é então o que em uma dada formação ideológica, ou seja, a partir de uma dada posição sujeito e de uma dada conjuntura, se determina como espaço de dizer, pelo estado da luta de classe (novamente a questão da formação discursiva se faz sobre contradições ao mesmo tempo excludentes e complementares). Pela ótica de qualquer uma das posições no discurso adotadas por essas discursividades em confronto temos o funcionamento da exclusão e da complementaridade de uma pela outra.

Para Pêcheux (1997), a formação discursiva determina “[...] o que pode e deve ser dito” (e que está articulado sob qualquer forma de linguagem). O que significa dizer que as palavras, expressões, proposições etc. recebem seus sentidos da formação discursiva na qual são produzidas. Ou seja, a língua serve de base comum a processos discursivos diferenciados que se situam num funcionamento que é regulado pelos processos ideológicos. Assim o que Pêcheux (1997, p. 161, grifos do autor) denomina processo discursivo é o “[...] sistema das relações de substituição, paráfrases, sinônimas etc. funcionando entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”, isto é, são funcionamentos da língua marcados pelas diferentes posições-sujeitos do discurso, nos quais somente a concepção da existência de uma relação entre a língua e a ideologia é que explica a apropriação social dos conhecimentos pelos sujeitos. É o que Pêcheux chama de interpelação ideológica. Essas formas de interpelação se materializam e se cristalizam por *rituais* que fazem renitência através dos aparelhos ideológicos, conforme defende Althusser (1985). A essa concepção de ritual, Pêcheux (1997, grifos do autor) acrescenta ainda que “[...] não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: ‘uma palavra por outra’ é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho”. Ou seja, na estrutura, na sintaxe da língua, há fendas, há brechas através das quais a memória discursiva faz irromper as dissidências, faz irromper o lugar de filiação do dizer.

Segundo Pêcheux (1997, grifos do autor), são essas quebras de rituais, são essas transgressões de fronteiras que fazem irromper a ordem do discurso, o real da língua e da história de forma tal que “[...] o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição”.

A AD que parece instar os sujeitos urbanos na contemporaneidade é um efeito da onipresença e onipotência do Mercado como instância máxima de Poder, fazendo com

que as relações sociais sejam marcadas, em sua maioria, por uma submissão à circulação da Mercadoria, cuja característica principal é a volatilidade, a rotatividade e a constância desses dois processos. Assim a função simbólica do sujeito urbano é um efeito desse novo capitalismo, ou seja, do neoliberalismo que afeta os seus modos de estar na cidade, o que, em última instância, afeta a sua própria constituição como sujeito urbano⁵.

Payer (2006, p. 14-15) mostra essa relação através da sobredeterminação que a mídia exerce, na atualidade, nessa nova forma de subjetividade produzindo a “[...] interpelação ideológica dos indivíduos em sujeito”.

Para a autora, “[...] o valor que a sociedade vem atribuindo à mídia – ou o poder de interpelação que a Mídia vem exercendo na sociedade – passa a assegurar-lhe o papel de Texto fundamental de um novo grande Sujeito, o Mercado, agora em sua nova forma globalizada” (PAYER, 2006, p. 16).

Quando falamos discursivamente do sujeito, estamos tomando a posição de Lacan (1998) que o concebe como resultado de uma tripartição do imaginário, do simbólico e do real. Para significar esse sujeito, o autor o faz através de um recurso à linguística, o que lhe permite articular uma ciência do inconsciente. A linguagem é então constitutiva do homem, ou seja, a possibilidade do mundo humano se faz na/pela linguagem. Dito de outro modo, é a ordem do significante que constitui o sujeito e, ao mesmo tempo, é ela que constantemente lhe escapa. Esse movimento teórico, proposto por Lacan, assinala a autonomia da função simbólica em relação ao sujeito. Portanto não falamos de um sujeito evidente, de existência espontânea e autônoma. Essa visão é, comumente, atribuída à Psicologia que toma o sujeito “[...] como único, insubstituível e idêntico a si mesmo [...] participante do teatro da consciência” que se marca

5 Essa posição teórica de assumir o sujeito contemporâneo como estando/sendo marcado pela discursividade mercadológica é assumida por vários teóricos: DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2005; LEBRUN, Jean-Pierre. *Un monde sans limite*. Toulouse: Érès, 1997; MELMAN, Charles; LEBRUN, Jean-Pierre. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2003. Na área do discurso, citamos PAYER, Maria Onice. *Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia, mercado*. Rua, n. 11, Campinas, SP: Labeurb/Nudecri/Unicamp, p. 9-25, março de 2005).

por um “[...] eu vejo, eu penso, eu falo, eu sou” (PÊCHEUX, 1997, p. 153-154). Na AD, falar do sujeito é falar dos processos linguísticos e histórico-ideológicos que marcam a sua existência, ou seja, é pensá-lo como forma-sujeito que se institui como sujeito de dever/direito do capitalismo.

Do ponto de vista discursivo, o sujeito é constituído pelo esquecimento daquilo que o determina, ou seja, ele se esquece de que sua constituição se dá por um processo do significante através da interpelação ideológica e da identificação imaginária. Para a AD, falar do sujeito é falar do efeito da linguagem; sujeito enquanto um ser de linguagem que foi falado antes de falar, o que implica considerar que o sujeito não é origem do dizer e nem controla tudo o que diz.

Pêcheux, retomando Lacan ao afirmar que “[...] só há causa daquilo que falha/manca/claúdica”, afirma que para se considerar a categoria de sujeito da AD é necessário considerar isso que se constitui como causa, pois ela se manifesta a todo momento, através do chiste, do lapso, do ato falho etc. Ou seja, o que manca, falta, falha é exatamente o traço inconsciente do significante que não é apagado ou tampouco esquecido.

O projeto teórico da AD, para Pêcheux, foi sempre o trabalhar a “tríplice aliança”, ou seja, o inconsciente e a ideologia encontram-se materialmente ligados por uma determinada ordem: a da língua. Assim, ao se enunciar, o sujeito urbano produz marcas de sua subjetividade as quais assinalam tanto os traços do registro inconsciente quanto do assujeitamento ideológico. É por essa razão que o sujeito não se percebe no seu próprio dizer, não se percebe constituído, preso a essa rede de significantes que o constituiu. Dessa forma, tanto Lacan quanto Althusser apontam para o fato de estarmos aprisionados ao campo da linguagem e às evidências que nele se constituem: a evidência de que já somos sempre sujeitos e a evidência da transparência e literalidade dos sentidos.

Se, de um lado, temos os sujeitos que burlam o pacto de urbanidade e perdem, como consequência, as características que lhe conferem humanidade, por outro lado, os imperativos do mercado continuam a produzir seus efeitos

sobre os sujeitos autorizados pelos ditames políticos e econômicos do mercado.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade passou a ser higienizada por Oswaldo Cruz e seus seguidores. O que se pretendia era livrá-la da ameaça de uma multidão em desvario, quer fosse pelo risco de contágio das suas doenças, quer fosse pela questão da segurança, quer pela ameaça que essa subespécie humana representava para a moralidade e os costumes. O “saneamento” do espaço urbano era então um imperativo tanto para a preservação da sociedade quanto para a assepsia das cidades. Os imperativos da “cidade asséptica” decorriam então de um pensamento racionalizado que se refletia nas várias áreas e no conhecimento que era produzido por elas. Para a limpeza do espaço urbano criavam-se então as grandes internações, levando aos asilos: a vadiagem, o desacato à autoridade, o tumulto da ordem, o furto, a agressividade, a prostituição etc.

No momento atual, o apelo que a sociedade instituída faz é de uma outra ordem: a econômica. Assim a grande ameaça que os moradores de rua representam – para os moradores autorizados e os comerciantes – é de ordem comercial. São, pois, os produtos que os moradores de rua consomem e o mercado que eles fazem movimentar (o mercado do crack, da bebida ilícita – o corotinho) o que mais os incomoda. Da mesma forma, a ameaça que eles representam para os comerciantes locais é o que fala mais fortemente nas discursividades em análise.

Para Balibar e Laporte (1974 *apud* PÊCHEUX; GADET, 1998, p. 12), esse funcionamento se marca por uma “[...] formação social dominada pelo modo de produção capitalista, onde o próprio do sistema jurídico é seu caráter universalista-abstrato. [...]. Ele não aceita senão duas distinções pertinentes, a das pessoas humanas e a das coisas”. Ou seja, o gesto dos moradores e dos comerciantes materializa o funcionamento jurídico, moral e tecnológico do humanismo burguês clássico.

São os efeitos desse “humanismo” que movem os comerciantes e os moradores autorizados a se inscreverem em formações discursivas desencadeadas pelas práticas sanita-

ristas, ou seja, aquelas que tomavam os “des-herdados” por sua origem socioeconômica, visando excluí-los, bani-los dos meios urbanos, escudados pela argumentação do melhor asilo, da melhor possibilidade de reingresso aos meios de produção. Trata-se do “[...] humanismo reformista com suas promessas piedosas e repletas de boas intenções” (BALIBAR; LAPORTE, 1974 *apud* PÊCHEUX; GADET, 1988, p.13). Mas o que esse “humanismo” consegue promover, em síntese, é uma divisão social do trabalho que se realiza sob o simulacro da busca de chances iguais para os desiguais. Esse ideal humanista (próprio da democracia burguesa) privilegia as ciências e as técnicas, apaga as resistências externas e internas dessa contradição, de forma a que a divisão social, sob a máxima da igualdade de oportunidades, silencie principalmente o caráter de natureza meramente político e econômico que sustenta atualmente a divisão social do trabalho. Esse mecanismo silencia desigualdades que são estruturais e encerra funcionamentos que são próprios dos modos de produção capitalista.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan, Marx e Freud**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1985.
- BALIBAR, R.; LAPORTE, D. In: PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo. *Escritos*, n. 3, Campinas, SP: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1998.
- DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2005.
- FOUCAULT, M. **Doença mental e psicologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984.
- GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debate**, São Paulo, n. 16, 1985.
- LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- LAGAZZI-RODRIGUES, S.; BRITO, P. S. As ocupações dos sem-teto na discursividade da cidade. In: ORLANDI, E. (Org.). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p. 51-59.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Un monde sans limite**. Toulouse: Érès, 1997.

MALUF-SOUZA, O. **Vozes urbanas**: gestos de pertencimento nos espaços simbólicos da cidade. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 2004.

MELMAN, Charles; LEBRUN, Jean-Pierre. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2003.

OGILVIE, B. **Lacan**: a formação do conceito de sujeito. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

ORLANDI, E. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes; Labeurb/Unicamp, 2003.

PAYER, Maria Onice. Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia, mercado. **Rua**, n. 11, Campinas, SP : Labeurb/Nudecri/Unicamp, p. 9-25, março de 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

ZIZEK, S. **El sublime objeto de la ideología**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1992.